

“Não faz sentido repartir os 15% de redução de custos por todos”

Paulo Morgado fala dos riscos de se impor transversalmente um corte de custos



Paulo Morgado | O administrador-delegado da Cap Gemini admite que em 2010 o mercado da consultoria estagnou ou caiu ligeiramente.

ALEXANDRA MACHADO

O Governo decretou um corte de 15% nos custos operacionais a todo o sector empresarial do Estado, incluindo uma redução de 5% na massa salarial. Para Paulo Morgado, administrador-delegado da Cap Gemini, “é uma medida de curtíssimo prazo, com pouco valor acrescentado no médio e longo prazos”.

“Há casos em que o corte deveria ser de 100%, há organismos que não acrescentam qualquer valor, e outros em que os cortes deveriam ser zero”, concretiza, explicando, ainda, haver “pseudo-cortes”.

Há empresas, revela, que estão a transferir custos operacionais (opex) por investimentos (capex), cumprindo as orientações do Governo, mas mais não fazem do que protelar nos anos um custo que irão ter com a mesma função. Exemplifica: “há empresas que tinham contratos externos para processamento de salários e agora estão a desenvolver aplicações para fazer exactamente a mesma coisa”. Paulo Morgado explica, por isso, que “não se fazem determinadas coisas que têm origem

Os privados são mais atrevidos a chegar ao pé dos fornecedores dizendo que os tempos mudaram.

PAULO MORGADO

Administrador-delegado da Cap Gemini Portugal

a despesas correntes, mas fazem-se investimentos para serem protelados no tempo, aliviando a pressão sobre os custos”, o que vai “criar ónus de médio e longo prazos”.

É por isso que Paulo Morgado chama a esta medida, “tomada no calor do Orçamento”, de cega. “Não tem qualquer sentido repartir 15% de redução de custos por todos”.

Quanto aos cortes salariais, Paulo Morgado acredita também que aqui se farão os tais “pseudo-cortes”, já que ao reduzir remunerações variáveis já cortam parte desse objectivo. E não se convence com

o argumento de que há o risco de fuga de quadros destas empresas. “Acho risível, porque são empresas que têm condições e dão condições aos quadros, quer em termos de segurança, quer em stress de trabalho, que pode limitar essa fuga”.

Um dos sectores que poderão ser afectados por este corte de custos nas empresas públicas é o da consultoria. Paulo Morgado diz, no entanto, que a redução pode ser uma oportunidade, já que podem ser auxiliares nessa avaliação e implementação, acreditando haver “muita capacidade para se fazer redução de custos”. Exemplifica com os contratos de arrendamento ou com os fornecedores [para renegociar contratos]. No Estado não existe essa maneira de actuar. Paulo Morgado diz que sente essa agressividade na pele, mas a política da sua empresa é ser flexível quando há contrapartidas. Garante preferir reduzir a actividade do que sacrificar margens.

O responsável máximo da Cap Gemini Portugal diz que, neste momento, no Estado “está tudo parado em termos de adjudicações”.

Estado tem de deixar de fazer certas funções

O Estado tem no “outsourcing” (entrega a terceiros) de manutenção de infra-estruturas uma grande oportunidade para reduzir custos. “É um passo que a administração pública já deveria ter dado”, diz Paulo Morgado, administrador-delegado da Cap Gemini Portugal, explicando que seria o próprio Estado a definir no caderno de encargos o grau de poupanças a ter.

Nestes contratos, os recursos desses serviços são transferidos, mantendo-se a antiguidade. As empresas de “outsourcing” “conseguem fazer mais barato”, diz, porque têm taxas de ocupação das pessoas superiores, conseguem níveis de produtividade mais elevados e permitem o rejuvenescimento.

Preferia que adjudicasse directamente, desde que a seguir se veja se foi favorável ao Estado.

PAULO MORGADO

O sector público pesa no negócio da Cap Gemini Portugal cerca de 15% a 20%, enquanto o financeiro representa 40%.

Na análise ao sector público, Paulo Morgado defende que devia “aligeirar-se a contratação pública”. Não acredita que o Estado fique mais bem servido nos concursos públicos. Por isso diz que o Tribunal de Contas deveria era analisar o benefício que resultou para o Estado, os ajustes e os concursos e os níveis de cumprimento. É que os critérios nos concursos públicos podem, eles próprios, resultar em atribuições menos benéficas. Paulo Morgado não tem dúvidas de que “é impossível que certos critérios de exclusão não tenham sido feitos a pensar numa empresa específica”.

Paulo Morgado sugere, ainda, que o Estado tenha em conta o nível de recibos verdes dos seus fornecedores, e não apenas se têm dívidas à segurança social e fisco. É que, diz, há empresas que não pagam segurança social, porque não têm quadros. A Cap Gemini tem 380 trabalhadores, cabendo numa mão os que estão a recibos verdes. **AM**

Cap Gemini lança solução para controlar vendas



A Cap Gemini acredita que em 2011 vai haver várias oportunidades de negócio.

Uma delas tem a ver com a profissionalização das forças de vendas. Tem, por isso, em desenvolvimento uma ferramenta que vai permitir, no mercado de grande consumo, detectar oportunidades de maiores vendas, através do cruzamento de vários elementos, como as referências vendidas nas diferentes lojas e comparação com outros períodos de tempo ou com outras unidades comerciais. Outras áreas em que Paulo Morgado acredita haver espaço de progressão em 2011 para a sua empresa é nos processos de reorganização, no “outsourcing”, na ajuda à redução de custos e no auxílio ao aumento da competitividade das empresas nas exportações e optimização de custos nos sistemas de informação.